



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 259/25
Processo Administrativo Nº 29.544/25
Exclusivo para EPP/ME
Lei 14.133/2021

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ** por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social com critério de julgamento menor preço, na hipótese do **art. 75, inciso II**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n.º 15.449/2023, de 03 de fevereiro de 2023 (Disponível no site: <https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2023/15499%20-%20DISPENSA%20DE%20LICITA%C3%87%C3%83O.pdf>), e Decreto n.º 15.507/2023, de 17 de fevereiro de 2023 (disponível no site: <https://taubate.sp.gov.br/anexos/decretos/2023/15507%20-%20CONTRATACOES%20DIRETAS%20POR%20DISPENSA%20DE%20LICITACAO.pdf>) e demais normas aplicáveis.

Valor total da contratação: R\$ 1.773,52

Data fim de recebimento de propostas: 12/12/2025 às 09h00

Link: <https://licitamaisbrasil.com.br>

Critério de Julgamento: menor preço por item sem disputa de lances.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para **Aquisição de Equipamentos de Apoio Tecnológico para atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e no seguinte anexo:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Minuta de Contrato

1.2. A contratação conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANT.	DESCRIPTIVO
01	02 un.	Caixa som, potência: 11 w, cor: preta, voltagem:5 v, aplicação: computador, características adicionais: subwoofer - áudio 2.0 – saída para fone de ouvido e controle de volume
02	02 un.	Fone ouvido, tipo: headset, comprimento fio: mínimo 1,50 m a 3 m, cor: preta, aplicação: computador, conector: compatível usb 1.1, 2.0, 3.0, conector: p2/ p3, tipo fone: estéreo acolchoado com anulador de ruídos biauricular em arco, tipo microfone: unidirecional com movimentação, características adicionais: microfone e aro ajustável, plug and play, controle de volume, ergonômico, stereo, potência: mínima 10 mw a 30 mw, impedância: mínima 32 ohm a 50 ohms, frequência fone: mínima 50 a 20.000 hz.
03	02 un.	Estabilizador tensão, tensão alimentação entrada: bivolt automático, tensão alimentação saída: 115 v, aplicação: microcomputador, capacidade nominal: 1.200 va, características adicionais: 4 tomadas de saída
04	01 un.	Autotransformador, potência nominal: mínimo 2.000 va a 5.000 va, tensão nominal:220/110 v, aplicação: geladeira/ventilado
05	04 un.	Adaptador, quantidade pólos: 2 p + t, tensão nominal:250 v, corrente nominal:20 a, material: plástico, conexão: tomada universal para padrão brasileiro, tipo: plugue/benjamim, posição



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

		relativa: sobrepor, normas técnicas: nbr 14136/2002
06	01 un.	Microfone, tipo: de mão sem fio uhf, embalagem: 2 microfones com sistema duplo, alimentação: bateria / pilha, aplicação: estúdio, palco e auditório, características adicionais: 1 receptor; tipo receptor: 2 antenas, alcance: mínimo 15 m a 200 m, resposta frequência: mínimo 20 hz a 20.000 hz, sensibilidade: média 40-60 db, frequência: uhf 3 bandas mínimo 700 a 900 mhz, acessórios: 1 manual, 1 case,

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR VALOR POR ITEM, SEM DISPUTA DE LANCES**, observadas as exigências contidas neste Aviso de contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do serviço.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA:

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, sem lances, integrante da plataforma Licita Mais Brasil, disponível no endereço eletrônico <https://licitamaisbrasil.com.br>.

2.2. O procedimento será divulgado na plataforma Licita Mais Brasil, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial Eletrônico do Município.

2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotora do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s) e, que se encontrem nas condições de impedimento previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL:

3.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Licita Mais Brasil, por meio do sítio <https://licitamaisbrasil.com.br / Cadastro Simples>, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2. Os interessados poderão obter maiores informações na página <https://licitamaisbrasil.com.br/ contratações diretas e credenciamentos>, podendo sanar



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

eventuais dúvidas pela central de atendimentos da Plataforma.

3.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Aviso, prevalecerão as últimas.

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.6. Os preços ofertados na proposta inicial serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os materiais conforme exigências do Termo de Referência, minuta contratual e deste aviso.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrado o prazo estabelecido para apresentação de propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso do preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.3. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

4.4. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

data de sua apresentação.

4.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.6.1. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso, desde que insanável.

4.6.2. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.6.3. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

4.7.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

4.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10. Se houver necessidade de negociar o valor ofertado, **o proponente terá um prazo de no máximo 01 (uma) hora para manifestação**, sob pena de inabilitação se assim não o fizer.

4.11. Encerrada a análise quanto a aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
- b) Relação de Apenados, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA –CNJ) (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

5.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

- a) Proposta de preços contendo dados bancários e nome, CPF, cargo, e-mail e telefone do responsável pela assinatura do contrato/recebimento da autorização de fornecimento.
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual (com prova de registro na Junta Comercial ou repartição correspondente); Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (contrato inicial e suas alterações ou contrato social consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; Prova de cumprimento da legislação brasileira relativa à autorização para funcionamento no País (somente para empresas estrangeiras já estabelecidas no Brasil), mediante apresentação de Decreto de Autorização e ata de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- d) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

- f) Prova de Regularidade de débito com a **Fazenda Estadual** (certidão negativa **de débitos inscritos** na dívida ativa, apenas ICMS) da sede ou domicílio do fornecedor, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto deste fornecedor;
- g) Prova de Regularidade para com a **Fazenda Municipal** referente a tributos **mobiliários**, compatível como objeto contratual;
- h) Certidão de Regularidade do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa;
- j) Certidão negativa de feitos sobre Falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- k) Capacidade técnico-operacional, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprovem o prévio fornecimento e/ou execução de serviços com características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação. Quando não se tratar de uma Ata de Registro de Preços, o licitante deverá comprovar o quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total vencido, em sintonia o Art. 67 § 2º da Lei Federal Nº 14.133/21. É permitido o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional;

5.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.5. Se a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.8. No julgamento dos documentos de habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

5.9. Todas as certidões deverão estar com seus prazos de validade aptos na data de apresentação, sendo que será confirmada a validade e autenticidade das mesmas, quando possível.

5.9.1. O Agente de Contratação poderá realizar a atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.9.2. No caso acima, a verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

5.9.3. Caso a licitante não tenha inserido as certidões, o Agente de Contratação verificará em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

5.9.3.1. Se o Agente de Contratação obtiver as certidões mediante pesquisa, será considerada para fins de habilitação.

5.9.3.2. Se o Agente de Contratação não obtiver as certidões mediante pesquisa, ficará sob responsabilidade da empresa a não entrega das mesmas, sendo declarada inabilitada.

5.10. O prazo acima poderá ser prorrogado, a critério do(a) Agente de contratação, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a Ratificação, caso se conclua pela contratação, será firmado TERMO DE CONTRATO ou emitido instrumento equivalente, com a convocação para assinatura via plataforma 1doc.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.3. Fica o vencedor cientificado que todas as comunicações com o município acontecerão por meio da plataforma 1doc. Todos os documentos enviados pela plataforma tem caráter oficial e o fornecedor receberá as comunicações no e-mail informado em seu cadastro. No mais a plataforma permite ao município saber o momento em que os e-mails são recebidos e lidos, sem a necessidade de confirmações.

6.4. As condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso deverão ser



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

mantidas durante a prestação de serviço.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, ficando sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal e da reparação dos danos causados ao Município e, das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

7.2. Sem prejuízo da faculdade prevista no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, o não cumprimento do objeto da contratação sujeitará, cumulativamente a CONTRATADA as seguintes multas:

- a) Multa de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar o instrumento contratual, ou documento equivalente;
- b) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato, ou documento equivalente, por dia de atraso na entrega ou na execução do objeto.

7.2.1. O pagamento dessas multas não exime a adjudicatária da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar a contratante.

7.2.2. As multas, calculadas como acima, deverão ser recolhidas no prazo de dez dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração.

7.2.3. A aplicação de uma das sanções não implica na exclusão de outras previstas na legislação vigente.

7.3. A contratação será rescindida, de pleno direito, independentemente de procedimento judicial e do pagamento de indenização, nos casos de falência, insolvência civil, concordata, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução, alteração ou modificação da finalidade ou estrutura da CONTRATADA, de forma que prejudique a execução do objeto, de qualquer outro fato impeditivo da continuidade da sua execução, ou, ainda, na hipótese de sua cessão ou transferência, total ou parcial, a terceiros. A inexecução total ou parcial da contratação ou o descumprimento de quaisquer das obrigações, ensejará sua rescisão, nos casos enumerados no artigo 137, no modo previsto pelo artigo 138, com as consequências estabelecidas no artigo 139, todos da Lei Federal nº. 14.133/2021, em sua redação atual.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

7.4. As sanções previstas serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos do art. 155 da lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.5. A aplicação das Sanções somente ocorrerá após assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.

7.6. Até a decisão final quanto a eventual defesa apresentada, será retido o numerário apurado referente a sanção, sendo que o montante da multa poderá, a critério do Município, ser compensado com valores de pagamento devido ao fornecedor.

7.7. No caso de reincidência pela 3ª (terceira) vez, de necessidade de correção no objeto no prazo de 06 (seis) meses, a Contratante poderá declarar Inexecução Contratual aplicando as penalidades existentes neste Aviso de Contratação.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) Republicar o presente aviso com uma nova data.
- b) Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas as condições de habilitação exigidas.
- c) Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.2. As providências dos subitens “a” e “b” também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Administração ou de sua desconexão.

8.5. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.8. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.9. Fica assegurado a possibilidade de retenção no momento do pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte nos termos do art. 2º-A da IN RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em especial seu Anexo I, salvo exceções previstas em lei.

Taubaté, 25 de Novembro de 2025.

MARCO ANTONIO SOARES DE AQUINO TOLOMIO
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Este Termo de Referência foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar e na Análise de Riscos, nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual descreve com detalhes o objeto que pretende contratar, com elementos necessários e suficientes da justificativa para a sua contratação, à verificação da compatibilidade da despesa com a disponibilidade orçamentária, ao julgamento e classificação das propostas, à definição: do prazo de execução do contrato, da estratégia de suprimento, dos métodos de fornecimento ou de execução do serviço;

I – DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de equipamentos de apoio tecnológico** destinados à estruturação da Vigilância Socioassistencial do Município de Taubaté/SP, garantindo a estruturação e desenvolvimento das macroatividades de análise, monitoramento e planejamento da política de assistência social, compreendendo:

- Os materiais são bem comuns, especificados e descritos conforme tabela abaixo:

Descrição do item	Quantidade
Caixa som, potência: 11 w, cor: preta, voltagem:5 v, aplicação: computador, características adicionais: subwoofer - áudio 2.0 – saída para fone de ouvido e controle de volume	2
Fone ouvido, tipo: headset, comprimento fio: mínimo 1,50 m a 3 m, cor: preta, aplicação: computador, conector: compatível usb 1.1, 2.0, 3.0, conector: p2/ p3, tipo fone: estéreo acolchoado com anulador de ruídos biauricular em arco, tipo microfone: unidirecional com movimentação, características adicionais: microfone e aro ajustável, plug and play, controle de volume, ergonômico, stereo, potência: mínima10 mw a 30 mw, impedância: mínima 32 ohm a 50 ohms, frequência fone: mínima 50 a 20.000 hz.	2
Estabilizador tensão, tensão alimentação entrada: bivolt automático, tensão alimentação saída: 115 v, aplicação: microcomputador, capacidade nominal: 1.200 va, características adicionais: 4 tomadas de saída	2
Autotransformador, potência nominal: mínimo 2.000 va a 5.000 va, tensão nominal:220/110 v, aplicação: geladeira/ventilador	1
Adaptador, quantidade pólos: 2 p + t, tensão nominal:250 v, corrente nominal:20 a, material: plástico, conexão: tomada universal para padrão brasileiro, tipo: plugue/benjamim, posição relativa: sobrepor, normas técnicas: nbr 14136/2002	4
Microfone, tipo: de mão sem fio uhf, embalagem: 2 microfones com sistema duplo, alimentação: bateria / pilha, aplicação: estúdio, palco e auditório, características adicionais: 1 receptor; tipo receptor: 2 antenas, alcance: mínimo 15 m a 200 m, resposta frequência: mínimo 20 hz a 20.000 hz, sensibilidade: média 40-60 db, frequência: uhf 3 bandas mínimo 700 a 900 mhz, acessórios: 1 manual, 1 case,	1
Total	12



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

II – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição tem por finalidade atender às necessidades da Vigilância Socioassistencial do Município de Taubaté/SP, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, que demanda equipamentos de apoio tecnológico para o pleno desenvolvimento de suas atividades.

Os itens a serem adquiridos — caixinhas de som, fones de ouvido, estabilizadores, transformador bivolt, adaptadores de tomada e microfones — são essenciais para viabilizar o monitoramento contínuo de dados socioassistenciais; apoiar a realização de reuniões técnicas presenciais e virtuais; garantir a adequada participação em capacitações e formações de servidores e ampliar a capacidade de diagnóstico, planejamento e gestão das políticas públicas de assistência social.

Trata-se de demanda permanente, não eventual, o que inviabiliza alternativas como locação ou aquisição de equipamentos usados. Tais opções apresentaram, em análise técnica constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP), desvantagens quanto a economicidade, durabilidade, segurança elétrica e conformidade técnica.

Assim, a aquisição de equipamentos novos, devidamente certificados, com garantia de fábrica e vida útil compatível com o uso administrativo, é a solução mais eficiente e vantajosa, pois assegura a continuidade das atividades institucionais, sem riscos de interrupção por falhas ou falta de disponibilidade de equipamentos e o uso racional dos recursos públicos, evitando custos recorrentes de locação ou substituições frequentes por falhas em equipamentos usados.

Portanto, a contratação ora proposta se encontra plenamente justificada à luz dos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente os do planejamento, eficiência, economicidade, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa, sendo imprescindível para o fortalecimento da gestão socioassistencial no município.

III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na **aquisição de equipamentos novos de apoio tecnológico**, a fim de atender à necessidade da Vigilância Socioassistencial do Município de Taubaté/SP, garantindo suporte adequado às atividades de monitoramento, análise de dados, reuniões técnicas, capacitações e demais ações administrativas.

3.1. Aspectos gerais da aquisição

3.1.1. A contratação abrangerá itens de uso contínuo e cotidiano (caixinhas de som, fones de ouvido, estabilizadores, transformador, adaptadores e microfones), indis-



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

pensáveis para a execução regular das atividades da equipe técnica.

3.1.2 A aquisição será realizada de forma unificada, considerando a complementaridade entre os equipamentos, o que assegura economia de escala e melhor gestão logística.

3.1.3. Todos os itens deverão ser entregues novos, de primeira linha, em perfeitas condições de uso, com certificação de conformidade técnica e segurança elétrica.

3.2. Manutenção, assistência técnica e garantia

3.2.1 Todos os equipamentos deverão possuir **garantia mínima de 12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação, a ser prestada pelo fabricante ou pelo fornecedor autorizado.

3.2.2. A contratada deverá assegurar a existência de **rede de assistência técnica autorizada no Brasil**, para reparos ou substituição de peças defeituosas durante o período de garantia.

3.2.3. Em caso de falha ou não conformidade, a contratada deverá substituir o item, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

3.3. Justificativas técnica e econômica da solução escolhida

3.3.1 A análise comparativa entre **compra de itens novos, compra de usados e locação** demonstrou que a aquisição de novos equipamentos é a alternativa mais vantajosa, considerando:

- Maior durabilidade e vida útil compatível com o uso administrativo contínuo;
- Garantia de fábrica, reduzindo riscos de falhas prematuras e custos adicionais com manutenção;
- Atendimento integral às necessidades da Administração, diferentemente da locação, que não contempla todos os itens demandados;
- Preço de mercado acessível, conforme levantamento no **Painel de Preços (Agosto/2025)**, que evidenciou viabilidade orçamentária.

3.4. Diretrizes essenciais para atendimento da necessidade

3.4.1. Fornecimento de equipamentos novos, em conformidade com padrões técnicos e de segurança;

3.4.2. Garantia de fábrica mínima de 12 (doze) meses;

3.4.3. Disponibilidade de assistência técnica autorizada em território nacional;

3.4.4. Cumprimento do prazo de entrega de até 30 (trinta) dias corridos;

3.4.5. Priorização de equipamentos com menor consumo de energia, em atendimento a critérios de **sustentabilidade**;

3.4.6. Previsão de descarte ambientalmente adequado e logística reversa, nos termos da legislação vigente, quando do fim da vida útil dos equipamentos;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

IV – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação em pauta visa atender à necessidade da **Vigilância Socioassistencial** do Município de Taubaté/SP, que demanda equipamentos de apoio tecnológico para execução de atividades de monitoramento, reuniões técnicas, diagnósticos e capacitações, essenciais para a gestão da política pública de assistência social.

Para que o objeto contratado atenda integralmente à demanda, deverão ser observados os seguintes requisitos:

4.1. Identificação da necessidade que originou a contratação

4.1.1. Demanda permanente e contínua, não eventual, decorrente da necessidade de estruturar a Vigilância Socioassistencial com recursos tecnológicos adequados.

4.2. Especificação dos elementos indispensáveis

4.2.1. Os itens deverão ser entregues **novos, de primeira linha e em perfeitas condições de uso**;

4.2.2. Deverão atender às especificações técnicas mínimas detalhadas no presente Termo de Referência;

4.2.3. Compatibilidade com equipamentos já existentes na unidade administrativa.

4.3. Padrões mínimos de qualidade

4.3.1. Todos os equipamentos deverão possuir **certificação de conformidade** com normas técnicas brasileiras (quando aplicável, ex.: NBR 14136 para tomadas);

4.3.2. Garantia mínima de **12 (doze) meses**;

4.3.3. Assistência técnica autorizada no território nacional;

4.3.4. Entrega em embalagem original, lacrada e acompanhada de manuais de instrução em português.

4.4. Critérios e práticas de sustentabilidade

4.4.1. Preferência por equipamentos com **baixo consumo de energia**;

4.4.2. Previsão de **logística reversa e descarte ambientalmente adequado**, conforme legislação vigente;

4.4.3. Utilização de materiais duráveis, que reduzam a necessidade de reposição precoce.

4.5. Requisitos adicionais

4.5.1. Garantia: todos os itens deverão dispor de garantia mínima de 12 (doze) meses, com substituição imediata em caso de defeito de fabricação;

4.5.2. Certificações: para itens elétricos, exigir conformidade com normas técnicas brasileiras (INMETRO e/ou NBR);

4.5.3. Amostras: poderá ser exigida amostra em caso de dúvida no pregão sobre a conformidade do item ofertado em relação às especificações técnicas;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

V – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Nos termos da alínea “e”, inciso XXIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde sua assinatura até o encerramento, obedecendo às condições abaixo:

5.1. Condições de fornecimento e prazos

5.1.1. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato;

5.1.2. A entrega será realizada **em parcela única**, não se admitindo fracionamento, salvo se autorizado pela Administração;

5.1.3. O recebimento dar-se-á em duas etapas: **provisório**, mediante conferência quantitativa e qualitativa, e **definitivo**, após testes de funcionamento e verificação da conformidade com as especificações técnicas.

5.2. Local de entrega

Os equipamentos deverão ser entregues no endereço do Almoarifado Central da Prefeitura Municipal de Taubaté, situado à Avenida Amador Bueno da Veiga, nº 1.211 – Jardim Jaraguá – Taubaté/SP – CEP: 12062-400, no horário de funcionamento das 08:00h às 16:00h.

5.3. Documentação mínima exigida

5.3.1. Nota fiscal eletrônica compatível com o objeto contratado;

5.3.2 Termo de garantia emitido pelo fabricante ou fornecedor autorizado;

5.3.3. Manuais de instrução em língua portuguesa.

5.3.4. CND Federal - Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União, dentro do prazo de validade;

5.3.5. CND Estadual - Certidão Negativa de débitos Tributários da Dívida Ativa Estadual, dentro do prazo de validade;

5.3.6. CRF - Certificado de Regularidade do FGTS -CRF, dentro do prazo de validade;

5.3.7. CND Trabalhista - Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, dentro do prazo de validade;

5.4. Rotinas de execução

5.4.1. A contratada deverá disponibilizar contato formal para comunicação com a Administração durante todo o período contratual;

5.4.2. Havendo necessidade de substituição de itens defeituosos, esta deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias corridos** após a solicitação formal da Administração;

5.4.3. Todos os equipamentos deverão ser entregues em suas embalagens originais, devidamente lacradas.

5.5. Mecanismos de comunicação

As comunicações formais entre a Administração e a contratada ocorrerão preferencialmente por meio de **processo administrativo eletrônico**, podendo ser utilizados,



Prefeitura Municipal de Taubaté *Estado de São Paulo*

em caráter complementar, contatos telefônicos ou e-mail institucionais.

5.6. Forma de pagamento

5.6.1. O pagamento observará cronograma definido pela Administração, em estrita observância à ordem cronológica de exigibilidade, contada a partir do recebimento das respectivas Notas Fiscais, devidamente instruídas e aptas à liquidação, desde que cumpridas integralmente as obrigações contratuais e em conformidade com a proposta apresentada.

5.6.1.1. O pagamento será efetuado nos seguintes prazos, ressalvadas as hipóteses de ordens judiciais, parcerias celebradas com o Terceiro Setor, consignações em pagamento, recolhimento de encargos e tributos, bem como recursos repassados pela Municipalidade para execução de planos de trabalho previamente estabelecidos pelo Poder Público:

1. - Recebimento entre o 1º e o 10º dia do mês: pagamento até o dia 20 do mesmo mês;
2. - Recebimento entre o 11º e o 20º dia do mês: pagamento até o último dia útil do mesmo mês;
3. - Recebimento entre o 21º e o último dia do mês: pagamento até o dia 10 do mês subsequente.

Parágrafo único. Os prazos acima somente serão observados após o adimplemento integral das obrigações contratuais pela CONTRATADA, devidamente atestado pela Administração.

5.6.2. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada junto aos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente.

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Nos termos da alínea “f”, inciso XXIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, a fim de garantir a entrega dos equipamentos em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.1. Gestão e fiscalização

7.1.1. Será designado formalmente, por meio de portaria ou despacho administrativo, o gestor do contrato e pelo menos um fiscal de contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução;

7.1.2. O gestor do contrato atuará como responsável principal pela interlocução entre a Administração e a contratada, cabendo-lhe solicitar providências, receber documentos e registrar ocorrências relevantes;

7.1.3. O fiscal do contrato acompanhará a execução material, verificando prazos, quantidades, conformidade técnica e qualidade dos equipamentos entregues.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

7.2. Regras de acompanhamento

7.2.1. O recebimento provisório dos equipamentos será feito mediante conferência quantitativa e qualitativa, enquanto o recebimento definitivo será formalizado após testes de funcionamento e emissão de termo de aceite;

7.2.2. Todos os registros de acompanhamento, ocorrências e comunicações deverão ser formalizados no processo administrativo eletrônico;

7.2.3. A Administração poderá realizar diligências junto ao fabricante ou fornecedor autorizado para verificar a validade das garantias e certificações apresentadas.

7.3. Comunicação com a contratada

7.3.1. Toda comunicação oficial deverá ocorrer por meio do processo eletrônico, podendo ser complementada por e-mail institucional ou telefone;

7.3.2. Reclamações ou solicitações de substituição de itens deverão ser encaminhadas por despacho formal, com prazo definido para atendimento.

7.4. Sanções e penalidades

Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato, observando o devido processo legal, incluindo:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- declaração de inidoneidade, conforme a gravidade da infração.

7.5. Controle de riscos

7.5.1. Serão adotadas medidas preventivas para mitigar falhas, como exigência de entrega em embalagem original, conferência técnica e registro fotográfico do recebimento;

7.5.2. O gestor e o fiscal deverão comunicar imediatamente à autoridade superior qualquer irregularidade detectada.

VII – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Nos termos da alínea “g”, inciso XXIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, os critérios de medição e pagamento deverão observar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, vinculando o desembolso financeiro à efetiva entrega, aceitação e conformidade dos equipamentos.

1. Medição da execução

• A execução do contrato será medida pela **entrega integral** dos equipamentos descritos no objeto, dentro do prazo contratual estabelecido;

• O recebimento será dividido em duas etapas:

a) **Recebimento provisório**, mediante conferência de quantidades, características



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

técnicas e integridade das embalagens;
b) **Recebimento definitivo**, após emissão do termo de aceite pelo fiscal do contrato, atestando a conformidade com as especificações técnicas e a ausência de defeitos aparentes.

2. **Indicadores de desempenho**

- **Prazo de entrega:** até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato;
- **Qualidade:** atendimento integral das especificações técnicas mínimas previstas no Termo de Referência;
- **Documentação:** apresentação de nota fiscal eletrônica, termo de garantia e manuais em língua portuguesa;
- **Conformidade técnica:** todos os equipamentos deverão possuir certificações aplicáveis (INMETRO/NBR) e garantia mínima de 12 (doze) meses.

3. **Condições para pagamento**

- O pagamento será realizado em **parcela única**, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** após o recebimento definitivo e aceite da Administração;
- O valor a ser pago corresponderá ao preço ofertado no processo licitatório, devidamente registrado em contrato;
- A nota fiscal eletrônica deverá ser emitida em nome da Administração, com indicação clara do contrato e do processo administrativo correspondente;
- O pagamento estará condicionado à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada junto aos órgãos competentes.

4. **Desconformidade e penalidades**

- Caso a entrega ocorra fora do prazo estabelecido, em quantidade inferior ou em desacordo com as especificações técnicas, será aplicada a redução proporcional dos valores devidos, sem prejuízo das sanções previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021;
- O não atendimento às exigências contratuais poderá ensejar retenção de pagamento até a regularização da obrigação.

VIII – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

O critério de julgamento será o de **menor preço por item e qualidade do produto a ser adquirido** atendidas as condições de habilitação e as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

IX – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Por meio de levantamento realizado pelo Painel de Preços, obteve-se os seguintes valores, conforme orçamentos que integram este Termo de Referência e Memória de



Prefeitura Municipal de Taubaté Estado de São Paulo

Cálculo a seguir:

Descrição do item	Quantidade	Painel de Preços Resultado			Valor estimado unitário	Valor estimado total
		1	2	3		
Caixa som	2	R\$ 17,00	R\$ 27,00	R\$ 31,00	R\$ 25,00	R\$ 50,00
Fone ouvido	2	R\$ 163,95	R\$ 164,99	R\$ 210,61	R\$ 179,85	R\$ 359,70
Estabilizador tensão	2	R\$ 175,00	R\$ 322,00	R\$ 449,99	R\$ 315,66	R\$ 631,32
Autotransformador	1	R\$ 5,00	R\$ 6,50	R\$ 8,00	R\$ 200,20	R\$ 200,20
Adaptador	4	R\$ 5,00	R\$ 6,50	R\$ 8,00	R\$ 6,50	R\$ 26,00
Microfone	1	R\$ 429,90	R\$ 450,00	R\$ 639,01	R\$ 506,30	R\$ 506,30
TOTAL						R\$ 1.773,52

X – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para esta aquisição deve-se utilizar recurso:

Ficha 5436 - Dotação Orçamentária 25.04.4007.2.152.08.244.339030.92.5000059

Ficha 5409 - Dotação Orçamentária 25.04.4007.2.152.08.244.449052.02.5000059

XI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTOS

Declaramos, para os devidos fins, que os requisitos do presente Termo de Referência foram cumpridos na íntegra, conforme estipulado no inciso XXIII do art. 6º da Lei Federal 14.133/21.

Fabiana Andréia da Silva



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

PROCESSO Nº. 29.544/2025
DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 0259/2025

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ E A EMPRESA
_____, PARA AQUISIÇÃO DE
EQUIPAMENTOS DE APOIO TECNOLÓGICO.

Contrato que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.176.005/0001-08 na Sede da Prefeitura, situada na Avenida Tiradentes, nº. 520, Centro, Taubaté/SP, presentes, de um lado, neste ato, representada por **Marco Antônio Soares de Aquino Tolomio** - Secretário de Desenvolvimento e Inclusão Social, de ora em diante designada CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____, com sede na _____, nº. _____, bairro _____, município de _____/SP, representada por _____, portador do RG nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº. _____, na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, na qualidade de adjudicatária na **dispensa eletrônica nº. 0259/2025 - processo administrativo nº. 29.544/2025**, cujo inteiro teor a CONTRATADA declara expressamente, nesta avença, conhecer e aceitar, e ao qual se vinculam as partes, firmam o presente contrato, de acordo com as normas emanadas da Lei Complementar Federal nº. 0123/2006 alterada pelas Leis Complementares nº. 0147/2014 e nº. 0155/2016 em suas redações atuais, da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Decreto Municipal nº. 15.499/2023, do Decreto Municipal nº. 15.523/2023, do Decreto Municipal nº. 16.199/2025 e, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

- 1.1 - O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de apoio tecnológico.
- 1.2 - Consideram-se integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, o termo de referência e a respectiva proposta, elaborada e apresentada pela CONTRATADA, datada de __/__/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA.

- 2.1 - Aquisição de equipamentos de apoio tecnológico.
- 2.2 - As entregas deverão ocorrer em até **30 (trinta) dias corridos**, a contar da data da última assinatura deste instrumento contratual, em conformidade com o Termo de Referência anexo.
 - 2.2.1 - Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pela CONTRATADA, para serem submetidos à apreciação da unidade gestora, à qual será a responsável e competente para analisar, avaliar e decidir fundamentadamente sobre o acolhimento ou não dos argumentos apresentados pela CONTRATADA.
- 2.3 - Vigência: Este contrato vigorará desde sua assinatura e por todo o período de execução dos serviços, até sua aceitação e respectivo pagamento, nos termos do artigo 105 da Lei Federal nº. 14.133/2021, em sua redação atual, persistindo, no entanto, as obrigações, especialmente as decorrentes da garantia do referido objeto contratual.
- 2.4 - Para fins de contagem do prazo será considerada como data do contrato a última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no referido instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA.

- 3.1 - O objeto deste contrato somente será recebido, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº. 14.133/2021, se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes dos documentos citados em 1.2.
- 3.2 - A CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente as especificações técnicas e exigências do precedente instrumento contratual, obrigando-se a trocar, às suas expensas e no prazo ajustado, o objeto deste contrato que vier a ser recusado pela CONTRATANTE, hipótese em que não ocorrerá pagamento enquanto não for satisfeito o objeto desta avença.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

3.3 - Os equipamentos deverão ser entregues no endereço do Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Taubaté, situado à Avenida Amador Bueno da Veiga, nº. 1.211, Jardim Jaraguá, Taubaté/SP, CEP: 12062-400, no horário de funcionamento das 08:00h às 16:00h.

3.4 - Garantia de fábrica mínima de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO.

4.1 - O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), por conta da dotação orçamentária _____ para atender às despesas inerentes a este contrato, durante o corrente exercício. No exercício vindouro, nova dotação será prevista para cobertura das despesas restantes do presente instrumento.

4.2 - Para fins de pagamento, na periodicidade avençada, a CONTRATADA formulará requerimento à CONTRATANTE, dando conta da conclusão da respectiva fase, solicitando que seja vistoriada e comprovada a execução, e uma vez atestada pelo órgão competente da CONTRATANTE, juntamente com a entrega completa dos documentos constantes do Anexo deste contrato pela CONTRATADA, iniciar-se-á o prazo para pagamento da parcela correspondente, não cabendo qualquer reajuste financeiro.

4.3 - Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização dessa documentação. Iniciar-se-á o prazo de pagamento da parcela correspondente o qual terá início a partir do trâmite da Nota Fiscal e efetivo recebimento e cumpridas todas as etapas necessárias para sua liquidação e pagamento, devidamente atestada pela Unidade Requisitante, não cabendo qualquer reajuste financeiro.

4.4 - Cronograma de pagamento, observado a ordem cronológica, considerada a partir do recebimento das respectivas Notas Fiscais, devidamente instruída e apta para liquidação e pagamento, cumpridas às obrigações contratuais e nos termos da proposta apresentada. O pagamento obedecerá aos seguintes prazos, exceto os pagamentos decorrentes de cumprimento de ordens judiciais, parcerias celebradas com o Terceiro Setor, consignações em pagamento, recolhimento de encargos e tributos, bem como os recursos repassados pela Municipalidade para cumprimento de planos de trabalho previamente estabelecidos pelo Poder Público.

Recebimento do 1º ao 10º dia do mês, pagamento dia 20*.
Recebimento do dia 11º ao 20º dia do mês, pagamento no último dia útil do mês*.
Recebimento do 21º ao final de cada mês, pagamento no dia 10 do mês seguinte*.
*Após o adimplemento da obrigação contratada, desde que regular e devidamente atestado por esta Administração.

4.4.1 - Salientamos ainda, caso uma das datas acima indicadas caia em finais de semana ou feriados em que não haja expediente bancário, ficam os pagamentos adiados para o dia útil seguinte.

4.4.2 - O pagamento de parcelas com eventual atraso será corrigido pela variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, 'pro rata tempore'.

4.5 - Os preços contratados não sofrerão qualquer espécie de atualização, durante o primeiro ano de vigência desta avença. Uma vez transcorrido esse prazo poderão ser corrigidos pela variação do índice oficial de inflação, o IPCA - índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE observada no mesmo período, ou por índice oficial que vier a substituí-lo.

4.6 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução dos serviços.

4.7 - Fica assegurado a possibilidade de retenção no momento do pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte nos termos do Art. 2º-A da IN RFB nº. 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em especial seu Anexo I, salvo exceções previstas em lei.

Previsão Orçamentária:

Ficha: 5409 - 25.04.4007.2.152.08.244.449052.02.5000059

Classificação Econômica: 449052

Fonte de Recurso: 02

Aplicação: 5000059

Nota de Reserva nº. 4180/2025



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Valor: R\$ 916,00

Ficha: 5409 - 25.04.4007.2.152.08.244.449052.02.5000059

Classificação Econômica: 449052

Fonte de Recurso: 02

Aplicação: 5000059

Nota de Reserva nº. 4190/2025

Valor: R\$ 831,52

Ficha: 5436 - 25.04.4007.2.152.08.244.339030.92.5000059

Classificação Econômica: 339030

Fonte de Recurso: 92

Aplicação: 5000059

Nota de Reserva nº. 4191/2025

Valor: R\$ 26,00

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

5.1 - Executar o objeto deste contrato nas condições previstas no aviso de contratação, na respectiva proposta, seus anexos e valores definidos no certame.

5.2 - Ficar responsável pelas operações e despesas de transporte e seguro de transporte, bem como pelas despesas de locomoção, hospedagem e alimentação de seus prepostos, se e quando necessárias.

5.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

5.4 - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortúnica do trabalho, fiscais, comerciais, médicos e dos decorrentes de controle médico de saúde ocupacional de seus funcionários e empregados utilizados para a consecução do objeto desta avença e outros resultantes da execução deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato; da mesma forma que a CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com funcionários, ou prepostos, da CONTRATADA.

5.5 - Responder pelos danos de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros, ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e acompanhamento efetuados pela CONTRATANTE.

5.6 - Fazer prova da regularidade para com a Fazenda Federal (certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As certidões deverão estar, em vigor na data da emissão da Nota Fiscal e deverão ser juntadas a cada Nota Fiscal emitido e apresentado à CONTRATANTE.

5.7 - Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra a CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA, estes deverão comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação.

5.8 - A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente o Termo de Referência anexo.

5.9 - Pagar o piso salarial, fixado pela convenção coletiva das categorias profissionais empregados na execução do objeto do presente contrato respeitando o princípio da isonomia salarial, conforme artigo 1º da Lei Municipal nº 4.779/2013.

5.10 - Para eventuais contratações de trabalhadores necessários a execução do objeto do presente contrato, fica a CONTRATADA obrigada a cumprir com o que dispõe a Lei Municipal nº 5.544 de 31 de março de 2020, no sentido de fazer consulta prévia ao banco de dados do Balcão de Empregos de Taubaté.

5.11 - A CONTRATADA deve cumprir com as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

- 6.1 - Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou equivalente.
- 6.2 - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
- 6.3 - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
- 6.4 - Designar responsável(is), denominado(s) GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, com competência legal, nos termos do regulamento, para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, e o qual notificará à CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados;
- 6.5 - Emitir termo de encerramento contratual, a partir do qual qualquer serviço/compra prestado, após sua assinatura pelas partes, não terá amparo contratual, não ficando a Prefeitura Municipal de Taubaté obrigada ou sujeita aos pagamentos que porventura venham a ser posteriormente pleiteados pela CONTRATADA.
- 6.6 - Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços contratados e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do FISCAL DO CONTRATO, ao qual competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados;
- 6.7 - Notificar, via sistema 1DOC, a CONTRATADA sobre qualquer falta ou irregularidade observada no curso da execução do objeto do Contrato e/ou sobre quaisquer falhas ou defeitos apresentados pelo equipamento ou instalações, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários e interrompendo o uso do mesmo, se assim for recomendado, bem como fixar prazo para a devida solução do problema, caso já não haja previsão contratual a respeito;
- 6.8 - Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE;
- 6.9 - Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços/fornecimento do bem e o atendimento das exigências contratuais;
- 6.10 - Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado fiscal e Gestor do Contrato;
- 6.11 - Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE.

- 7.1 - Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado na proposta de preços será reajustado.
- 7.2 - O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado:
- 7.2.1 - Para os custos relativos à mão de obra e para os custos decorrentes de mercado, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data dos orçamentos estimados;
- 7.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será computado do último reajuste correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como último reajuste, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 7.4 - O prazo para a CONTRATADA solicitar o reajuste deverá ser de acordo com o § 8º do Art. 25 da Lei 14.133/21.
- 7.5 - Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.
- 7.5.1 - Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 7.5.1.1 - Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado e ao de mão de obra;



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

7.6 - É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal e/ou sentença normativa.

7.7 - A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.8 - Quando o reajuste solicitado pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra) e decorrentes de mão de obra, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento pela variação do IPCA, com base na seguinte fórmula:

$$R = P_0 \times \left[\left(\frac{IPCA}{IPCA_0} \right) - 1 \right]$$

Onde:

R = Parcela de reajuste;

P₀ = Preço inicial do item no mês de referência dos preços ou preço do item no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA/IPCA₀ = variação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

7.8.1 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.8.2 - Nas aferições finais, o índice utilizado para o reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.8.3 - Caso o índice estabelecido para o reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.8.4 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8.5 - Independentemente do requerimento de reajuste, a Administração verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha do contrato.

7.9 - Os novos valores do contrato decorrentes dos reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

7.9.1 - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes futuros; ou

7.9.2 - Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando o reajuste envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, por sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em reajustes futuros.

7.10 - Os efeitos financeiros dos reajustes ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.11 - A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

7.11.1 - O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Administração para a comprovação da variação dos custos.

7.12 - Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação do contrato, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES.

8.1 - A CONTRATADA sujeita-se às sanções previstas na Lei Federal 14.133/21, nos termos previstos no aviso de contratação.

8.2 - A aplicação de uma das sanções não implica a exclusão de outras previstas na legislação vigente.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

8.3 - As sanções dispostas poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, em conformidade com os Arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.4 - A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

8.5 - Serão aplicadas, conforme o caso, ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.7 - A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.8 - As Multas, não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.4.

8.9 - Sem prejuízo das demais infrações administrativas previstas no item 8.4, a não observância das cláusulas contratuais sujeitará, cumulativamente, a CONTRATADA às seguintes multas:

8.10 - 5% (cinco por cento) do valor do contrato reajustado, por desatendimento de qualquer cláusula contratual.

8.11 - 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total do contrato reajustado, por dia de atraso na entrega ou na execução do objeto.

8.12 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 8.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.13 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 8.4, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 8.12, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

8.14 - A aplicação das Sanções somente ocorrerá depois de assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.

8.15 - Até a decisão final transitada em julgado, nenhum numerário apurado referente à sanção será retida, sendo que após, o montante da multa poderá, ser compensado dos valores de pagamento devido ao fornecedor.

8.16 - As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório, e conseqüentemente o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à CONTRATANTE.

8.17 - As multas, calculadas como acima, poderão ser deduzidas, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à CONTRATADA, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

8.18 - As decisões relacionadas à multas, penalidades e advertências, bem como as notificações dessas decisões, serão publicadas em diário oficial do município e encaminhadas via correios para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, E DAS TOLERÂNCIAS.

9.1 - Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença e do regime de direito público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

9.2 - Se uma das partes, em benefício da outra, ainda que por omissão, permitir a inobservância, no todo ou em parte, de cláusulas e condições do presente contrato, seus anexos e termos aditivos, tal fato não poderá liberar, desonerar, alterar ou prejudicar essas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO.

10.1 - A CONTRATANTE exercerá a fiscalização geral dos serviços contratados, podendo, para esse fim, designar prepostos, aos quais a CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos mesmos, facultando-lhe o livre acesso aos seus depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o objeto ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE.

10.2 - A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e a aplicação dos métodos construtivos e ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços executados.

10.3 - A fiscalização poderá sustar qualquer trabalho que esteja em desacordo com o disposto neste contrato.

10.4 - Fica acordado que a fiscalização não terá nenhum poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.

11.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

11.1.1 - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

11.1.2 - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

11.1.3 - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

11.1.4 - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

11.1.5 - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

11.1.6 - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

11.1.7 - Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

11.1.8 - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

11.1.9 - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

11.2 - O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

11.2.1 - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;

11.2.2 - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

11.2.3 - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

11.2.4 - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

11.2.5 - Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

11.3 - Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.4 - A extinção do contrato poderá ser:

11.4.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.4.2 - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

11.4.3 - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.5 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

11.6 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

11.6.1 - Devolução da garantia;

11.6.2 - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

11.6.3 - Pagamento do custo da desmobilização.

11.7 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

11.7.1 - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

11.7.2 - Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

11.7.3 - Execução da garantia contratual para:

11.7.3.1 - Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

11.7.3.2 - Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

11.7.3.3 - Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

11.7.3.4 - Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

11.8 - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA, NOS TERMOS DO CAPÍTULO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

12.1 - A CONTRATADA fica dispensada, neste ato, da prestação das garantias previstas no Capítulo II da Lei Federal nº 14.133/21, em sua redação atual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA NOMEAÇÃO.

13.1 - O modelo de gestão contratual será exercido por gestor e fiscal indicado, conforme disposto pelos parágrafos do artigo 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e pelo Decreto nº. 15.523, de 10 de março de 2023.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

13.1.1 - Fica designado o servidor _____, responsável pelo Setor de _____, como gestor, para exercer as funções previstas nos incisos e parágrafos do artigo 2º, do Decreto nº. 15.523/23.

13.1.2 - Fica designado o servidor _____, responsável pelo Setor de _____, como fiscal, para exercer as funções previstas nos incisos e parágrafos únicos dos artigos 4º e 5º, do Decreto nº. 15.523/23.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO.

14.1 - Aplicam-se à execução deste contrato, especialmente aos casos omissos, as normas emanadas da Lei Complementar Federal nº. 0123/2006 alterada pelas Leis Complementares nº. 0147/2014 e nº. 0155/2016 em suas redações atuais, da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Decreto Municipal nº. 15.499/2023, do Decreto Municipal nº. 15.523/2023, do Decreto Municipal nº. 16.199/2025 e, subsidiariamente pelo Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO.

15.1 - As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CONTRATANTE

CONTRATADA